

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	6
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
Balanço Patrimonial Passivo	10
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	14
Demonstração de Valor Adicionado	15

Comentário do Desempenho	16
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	72
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	77

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.201.730
Preferenciais	11.147.908
Total	17.349.638
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	311.217	302.555
1.01	Ativo Circulante	77.596	76.890
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	60.318	52.978
1.01.02	Aplicações Financeiras	15.863	17.795
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	15.863	17.795
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	15.863	17.795
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.415	1.367
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	4.750
1.01.08.03	Outros	0	4.750
1.02	Ativo Não Circulante	233.621	225.665
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.174	5.600
1.02.01.03	Contas a Receber	6	6
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6	6
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.168	5.594
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.168	5.594
1.02.02	Investimentos	227.447	220.065
1.02.02.01	Participações Societárias	227.447	220.065
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	227.447	220.065

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	311.217	302.555
2.01	Passivo Circulante	27.798	20.703
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35	41
2.01.01.01	Obrigações Sociais	35	41
2.01.01.01.01	Salários e Encargos sociais	35	41
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.781	15.519
2.01.04.02	Debêntures	17.781	15.519
2.01.05	Outras Obrigações	9.982	5.143
2.01.05.02	Outros	9.982	5.143
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	5.143	5.143
2.01.05.02.04	Outros Passivos	4.839	0
2.02	Passivo Não Circulante	54.989	54.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	54.444	54.444
2.02.01.02	Debêntures	54.444	54.444
2.02.02	Outras Obrigações	285	285
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	285	285
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	285	285
2.02.04	Provisões	260	260
2.02.04.02	Outras Provisões	260	260
2.02.04.02.04	Provisões para riscos e discussões judiciais	260	260
2.03	Patrimônio Líquido	228.430	226.863
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273
2.03.03	Reservas de Reavaliação	31.936	32.283
2.03.03.01	Resultados Abrangentes	31.936	32.283
2.03.04	Reservas de Lucros	25.221	23.307
2.03.04.01	Reserva Legal	6.462	6.462
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	18.759	16.845

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.154	2.038
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-397	-371
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-5
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.551	2.414
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.154	2.038
3.06	Resultado Financeiro	-1.161	1.223
3.06.01	Receitas Financeiras	1.142	1.247
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.303	-24
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.575	0
3.06.02.02	Variação Cambial - fundo exclusivo	-728	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	993	3.261
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	574	-477
3.08.01	Corrente	0	-391
3.08.02	Diferido	574	-86
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.567	2.784
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.567	2.784

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.605	488
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.558	764
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.567	2.784
6.01.01.02	IR e CS Diferidos	-574	86
6.01.01.04	IR e CS que não afetaram caixa	0	308
6.01.01.05	Equivalência Patrimonial	-2.551	-2.414
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.163	-276
6.01.02.01	Fornecedores	0	-1
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	-47	0
6.01.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.932	-57
6.01.02.04	Outros	4.278	-218
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.366	-21.299
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas	-4.366	-21.299
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	7.101	-313
6.03.01	Outros Direitos e Obrigações de LP	4.839	-313
6.03.02	Juros pagos por empréstimos e financiamentos	2.262	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.340	-21.124
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52.978	70.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	60.318	49.687

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.567	0	1.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.567	0	1.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	347	-347	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	347	-347	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	23.307	1.914	31.936	228.430

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.784	0	2.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.784	0	2.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	402	-402	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	402	-402	0
5.07	Saldos Finais	89.359	0	87.570	3.186	33.399	213.514

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	0	-5
7.01.02	Outras Receitas	0	-5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88	-128
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88	-128
7.03	Valor Adicionado Bruto	-88	-133
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-88	-133
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.693	3.661
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.551	2.414
7.06.02	Receitas Financeiras	1.142	1.247
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.605	3.528
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.605	3.528
7.08.01	Pessoal	309	242
7.08.01.01	Remuneração Direta	309	242
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-574	478
7.08.02.01	Federais	-574	478
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.303	24
7.08.03.01	Juros	2.303	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.567	2.784
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.567	2.784

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	891.970	856.811
1.01	Ativo Circulante	526.506	490.460
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	178.539	123.451
1.01.02	Aplicações Financeiras	103.531	97.035
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	103.531	97.035
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	103.531	97.035
1.01.03	Contas a Receber	73.908	97.692
1.01.03.01	Clientes	73.908	97.692
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	73.908	97.692
1.01.04	Estoques	117.858	107.698
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.753	47.484
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.753	47.484
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.917	17.100
1.02	Ativo Não Circulante	365.464	366.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.734	31.020
1.02.01.06	Tributos Diferidos	12.992	13.445
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	7	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.735	17.575
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	8.224	8.905
1.02.01.09.04	Tributos Recuperar	6.729	6.752
1.02.01.09.05	Outros ativos	1.782	1.918
1.02.03	Imobilizado	316.620	315.647
1.02.04	Intangível	19.110	19.684
1.02.04.01	Intangíveis	5.512	6.086
1.02.04.01.02	Softwre	560	591
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Sistemas	3.545	3.963
1.02.04.01.04	Outras	145	153
1.02.04.01.05	Diferido	1.262	1.379
1.02.04.02	Goodwill	13.598	13.598

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	891.970	856.811
2.01	Passivo Circulante	233.867	225.469
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.312	20.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.312	20.474
2.01.02	Fornecedores	54.528	31.251
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.622	30.989
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.906	262
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	138.662	140.137
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	120.881	124.618
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.801	78.506
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	87.080	46.112
2.01.04.02	Debêntures	17.781	15.519
2.01.05	Outras Obrigações	24.365	33.607
2.01.05.02	Outros	24.365	33.607
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	5.143	5.143
2.01.05.02.04	Tributos a Recolher	3.507	12.079
2.01.05.02.05	Tributos Parcelados	5.600	4.959
2.01.05.02.06	Outros Passivos	10.115	11.426
2.02	Passivo Não Circulante	429.673	404.479
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	402.114	375.734
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	347.670	321.290
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	105.782	106.900
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	241.888	214.390
2.02.01.02	Debêntures	54.444	54.444
2.02.02	Outras Obrigações	5.125	6.102
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	12
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	12
2.02.02.02	Outros	5.125	6.090
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	5.125	6.090
2.02.03	Tributos Diferidos	16.724	16.902
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.724	16.902
2.02.04	Provisões	5.710	5.741
2.02.04.02	Outras Provisões	5.710	5.741
2.02.04.02.04	Provisão para Riscos e discussões Judiciais	5.710	5.741
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	228.430	226.863
2.03.01	Capital Social Realizado	171.273	171.273
2.03.04	Reservas de Lucros	25.221	23.307
2.03.04.01	Reserva Legal	6.462	6.462
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	18.759	16.845
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	31.936	32.283

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	182.693	169.996
3.01.01	Receita Líquida	182.693	169.996
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-160.708	-146.750
3.03	Resultado Bruto	21.985	23.246
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.853	-9.669
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.111	-6.505
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.447	-12.613
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.683	10.247
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-978	-798
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.132	13.577
3.06	Resultado Financeiro	-813	-8.561
3.06.01	Receitas Financeiras	16.243	25.445
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.189	4.362
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	14.054	21.083
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.056	-34.006
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-7.760	-7.853
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-6.579	-25.739
3.06.02.03	Variação cambial - fundo exclusivo	-2.717	-414
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.319	5.016
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.752	-2.232
3.08.01	Corrente	-1.434	-1.832
3.08.02	Diferido	-318	-400
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.567	2.784
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.567	2.784
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	560	984
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.007	1.800

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	39.968	40.798
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.051	20.801
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.567	2.784
6.01.01.02	IR e CS Diferido	274	400
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	5.800	5.119
6.01.01.04	Valor residual do permanente baixado	2.070	201
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-31	310
6.01.01.06	Prov. juros empréstimos e financiamentos	8.462	4.170
6.01.01.07	Var. camb. empréstimos e financiamentos	-7.091	7.509
6.01.01.08	IR e CS que não afetam o caixa	0	308
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28.917	19.997
6.01.02.01	Fornecedores	23.277	32.132
6.01.02.02	Impostos a Recuperar	7.731	-9.798
6.01.02.03	Títulos e Valores mobiliários	-6.496	10.046
6.01.02.04	Duplicatas a receber	23.784	10.174
6.01.02.05	Estoques	-10.161	-17.627
6.01.02.06	Outros	-9.218	-4.930
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.270	-28.740
6.02.01	Diferido Intangível	0	-129
6.02.02	Ágio aquisição de investimento	0	-15.458
6.02.03	Compras de Imobilizado	-8.270	-13.153
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	23.810	14.905
6.03.02	Outros direitos e obrigações tomados	-826	-1.271
6.03.03	Empréstimos e financiamentos	67.111	48.293
6.03.04	Pgto de empréstimos e financiamentos	-38.407	-27.372
6.03.05	Juros de empréstmos e financiamentos	-4.749	-2.439
6.03.06	Depósitos Judiciais	681	-2.306
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-420	-401
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.088	26.562
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	123.451	90.359
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	178.539	116.921

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863	0	226.863
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	171.273	0	23.307	0	32.283	226.863	0	226.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.567	0	1.567	0	1.567
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.567	0	1.567	0	1.567
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	347	-347	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	347	-347	0	0	0
5.07	Saldos Finais	171.273	0	23.307	1.914	31.936	228.430	0	228.430

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730	0	210.730
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	89.359	0	87.570	0	33.801	210.730	0	210.730
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.784	0	2.784	0	2.784
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.784	0	2.784	0	2.784
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	402	-402	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	0	402	-402	0	0	0
5.07	Saldos Finais	89.359	0	87.570	3.186	33.399	213.514	0	213.514

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	236.066	229.332
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	235.441	219.904
7.01.02	Outras Receitas	705	9.449
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-80	-21
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-137.262	-129.750
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-102.909	-94.905
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.353	-34.845
7.03	Valor Adicionado Bruto	98.804	99.582
7.04	Retenções	-5.800	-5.119
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.800	-5.119
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	93.004	94.463
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.663	-708
7.06.02	Receitas Financeiras	9.663	-708
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	102.667	93.755
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	102.667	93.755
7.08.01	Pessoal	36.123	30.978
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.123	30.978
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	54.500	52.140
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.477	7.853
7.08.03.01	Juros	10.477	7.853
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.567	2.784
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.567	2.784

Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º TRIMESTRE DE 2011****CONJUNTURA ECONÔMICA**

Neste início de 2011, a economia brasileira alcançou o ritmo de crescimento esperado para todo o ano de 2011, criando-se um cenário de aumento da inflação, com um dos seus principais indicadores, o IPCA, subindo 2,44% apenas neste primeiro trimestre.

Como resultado, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil, em reunião realizada em 20 de abril, incrementou a taxa básica de juros do País em 0,25 p.p., passando a Selic de 11,75% a.a. para 12,0% a.a.. Com esta medida o governo espera conter um crescimento desenfreado que poderia dar origem a uma escalada nos índices de inflação. Além do aumento dos juros e de medidas restritivas ao crédito, o compulsório sobre depósitos à vista e o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre financiamento, também tiveram suas alíquotas aumentadas.

Diante deste cenário, a expectativa de expansão do PIB (Produto Interno Bruto) foi reduzida de 4,5% a.a. para 4,0% a.a, de acordo com o relatório Focus emitido pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2010 e 1 de abril de 2011, respectivamente.

O Brasil continua se destacando dentre as economias dos blocos em desenvolvimento e atraindo capital estrangeiro, causando pressão cambial e mantendo o Real valorizado em relação ao Dólar norte americano. A cotação em 31 de março de 2011 fora de R\$ 1,6287, frente à cotação de R\$ 1,6662 por dólar no final de 2010.

Comentário do Desempenho**DESEMPENHO CONSOLIDADO**

As informações trimestrais consolidadas disponibilizadas nesta data, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa, contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (Internacional Financial Reporting Standards) em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10.

<i>R\$ milhões</i>	1T10	1T11	Variação
Receita Bruta	219,9	235,4	7,0%
Receita Líquida	170,0	182,7	7,5%
<i>Mercado Interno</i>	162,8	175,9	8,0%
<i>Mercado Externo</i>	7,2	6,8	-5,6%
CPV	(146,7)	(160,7)	9,5%
Lucro Bruto	23,3	22,0	-5,6%
<i>Margem Bruta</i>	<i>13,7%</i>	<i>12,0%</i>	<i>-1,7%</i>
Despesas Operacionais	(19,1)	(18,6)	-2,6%
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	9,4	0,7	-92,6%
Lucro Operacional	13,6	4,1	-69,9%
Resultado financeiro	(8,6)	(0,8)	-90,7%
Receita financeira	4,4	2,2	-50,0%
Despesa financeira	(7,9)	(7,8)	-1,3%
Variação cambial líquida	(5,1)	4,8	-194,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5,0	3,3	-34,0%
Imposto de renda e contribuição social	(2,2)	(1,7)	-22,7%
Lucro líquido do período	2,8	1,6	-42,9%

A Receita Líquida do 1º trimestre de 2011 foi de R\$ 182,7 milhões, 7,5% maior que os R\$ 170 milhões do mesmo período de 2010. O mercado interno foi responsável pelo crescimento de 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior e por 96,3% da Receita Líquida Total do 1º trimestre de 2011, não apresentando variações percentuais significativas entre mercado interno e externo quando comparado com o 1º trimestre de 2010.

Comentário do Desempenho

O custo dos produtos vendidos no 1º trimestre de 2011 totalizou R\$ 160,7 milhões, o que representou 88,0% da receita líquida, enquanto no 1º trimestre de 2010, o custo representou 86,3%, um aumento de 1.7 p.p.

Esta queda pode ser explicada, principalmente, pela parada para manutenção das fábricas, ocorrida na primeira quinzena de janeiro, significando custos fixos não absorvidos pela produção. Em anos anteriores, as fábricas realizavam as paradas para manutenção na última quinzena de dezembro.

Por outro lado, as despesas com vendas, gerais e administrativas somaram R\$ 18,6 milhões neste trimestre, 2,6% menores do que os R\$ 19,1 milhões do mesmo trimestre de 2010, consequência da busca de produtividade administrativa perseguida pela Empresa.

O Lucro Operacional obtido neste trimestre foi de R\$ 4,1 milhões, 70% inferior aos R\$ 13,6 milhões obtidos no mesmo período do ano anterior. O lucro operacional do 1º trimestre de 2010, estava influenciado pelo reconhecimento de receita de Crédito-prêmio de IPI no valor de R\$ 10,2 milhões.

Neste trimestre, a despesa financeira total totalizou R\$ 0,8 milhão, impactada positivamente pelo reconhecimento de variação cambial de R\$ 4,8 milhões, decorrente da valorização do real frente ao dólar.

Assim, o Lucro Líquido do trimestre atingiu o montante de R\$ 1,6 milhões, frente aos R\$ 2,8 milhões do mesmo trimestre de 2010.

EBITDA

<i>R\$ milhões</i>	1T10	1T11
Lucro Bruto	23,3	22,0
Despesas Operacionais	(19,1)	(18,6)
Depreciação	5,1	5,8
EBITDA OPERACIONAL PRÓPRIO	9,3	9,2
Outras receitas (despesas) operacionais	9,4 (*)	0,7
EBITDA	18,7	9,9

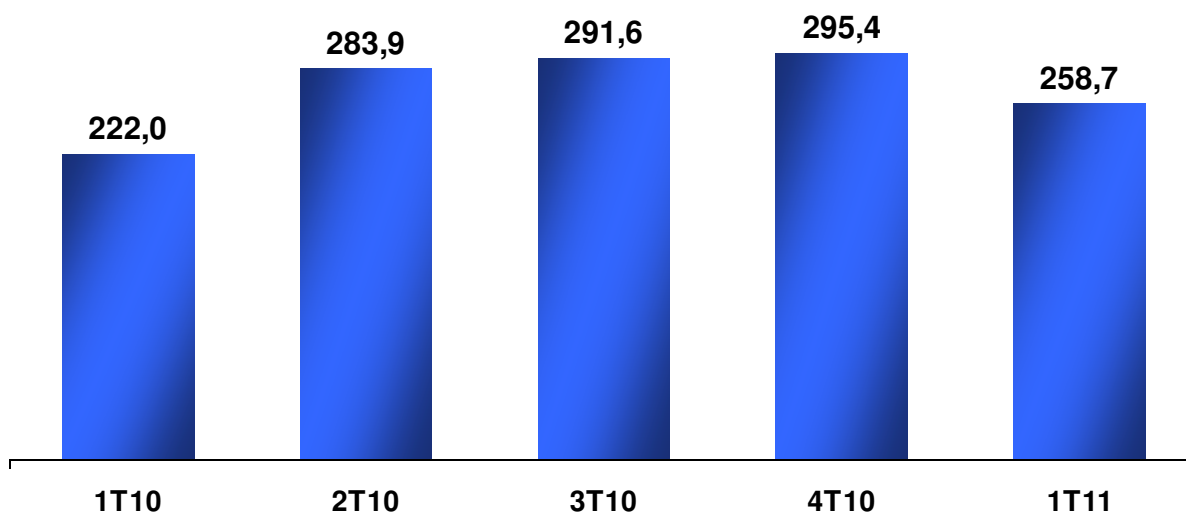
(*) inclui R\$ 10,2 milhões de receita de crédito prêmio IPI

Neste trimestre, o EBITDA OPERACIONAL PRÓPRIO da Empresa foi de R\$ 9,2 milhões versus R\$ 9,3 milhões obtidos no mesmo período de 2010. O EBITDA total foi de R\$ 9,9 milhões versus R\$ 18,7 milhões de 2010, sendo este último, influenciado positivamente pelo reconhecimento de R\$ 10,2 milhões de receita de Crédito-prêmio de IPI.

Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

R\$ MM

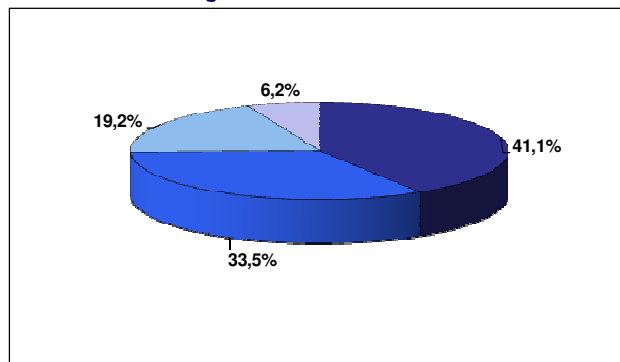
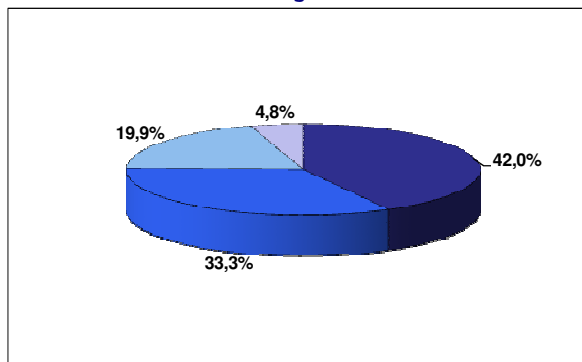


O endividamento líquido da Empresa em 31 de março de 2011 atingiu o valor de R\$ 258,7 milhões, 12,4 % menor que os R\$ 295,4 milhões de 31 de dezembro de 2010.

INVESTIMENTOS

Os investimentos da Mangels no primeiro trimestre de 2011 totalizaram R\$ 8,3 milhões, 71,1% menores quando comparado aos R\$ 28,7 milhões do mesmo período de 2010. Em 2010 foram despendidos R\$ 15,5 milhões para aquisição de 100% do capital da Superfície Ltda. ("Superfície") e E.Koga & Cia. Ltda. ("E.Koga"), que atuam respectivamente, na requalificação de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e na separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

Os investimentos deste trimestre e os planejados para o ano de 2011 são para melhoria contínua e técnicas de gestão enxuta, objetivando o fortalecimento e maior produtividade dos processos fabris e administrativos. Além disso, a Empresa está buscando a ocupação plena das capacidades fabris, possibilitada pelos investimentos realizados em exercícios anteriores.

Comentário do Desempenho**DESEMPENHO DAS DIVISÕES****PARTICIPAÇÕES DAS DIVISÕES NA RECEITA LÍQUIDA****Acumulado até
Março de 2010****Acumulado até
Março de 2011**

■ **Aços** ■ **Rodas** ■ **Cilindros** ■ **Galvanização**

DIVISÃO AÇOS

<i>R\$ milhões</i>	1T10	1T11	Variação
Receita Bruta	93,3	100,8	8,0%
Receita Líquida	69,7	76,8	10,2%
<i>Mercado Interno</i>	68,7	74,7	8,7%
<i>Mercado Externo</i>	1,0	2,1	110,0%
CPV	(61,4)	(68,5)	11,6%
Lucro Bruto	8,3	8,3	0,0%
<i>Margem Bruta</i>	11,9%	10,8%	-1,1%

No 1º trimestre de 2011, a Divisão Aços, registrou 10,2% de aumento em sua receita líquida quando comparada ao mesmo período de 2010, alcançando o valor de R\$ 76,8 milhões, frente aos R\$ 69,7 milhões em 2010.

No entanto, a margem bruta apurada no 1º trimestre de 2011, registrou queda de 1,1 p.p. em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda pode ser explicada pelos preços médios de venda menores, em função da concorrência com produtos importados e também de gastos com manutenção ocorridos no mês de janeiro deste ano, quando a Divisão fez a parada para manutenção sem o correspondente faturamento.

Comentário do Desempenho

DIVISÃO RODAS

<i>R\$ milhões</i>	1T10	1T11	Variação
Receita Bruta	71,6	77,0	7,5%
Receita Líquida	56,8	60,9	7,2%
<i>Mercado Interno</i>	51,1	56,2	10,0%
<i>Mercado Externo</i>	5,7	4,7	-17,5%
CPV	(50,1)	(54,3)	8,4%
Lucro Bruto	6,7	6,6	-1,5%
<i>Margem Bruta</i>	11,8%	10,8%	-1,0%

A receita líquida da Divisão Rodas neste trimestre foi 7,2% superior ao obtido no mesmo trimestre de 2010.

A fábrica de rodas, a exemplo da Divisão Aços, também paralisou a produção para manutenção na fábrica na primeira quinzena de janeiro, o que contribuiu para gastos adicionais com manutenção das máquinas sem a correspondente receita, ou seja, sem a diluição desses custos.

Aliado a este fato, a Divisão Rodas, que estava dimensionada para produção superior ao efetivamente realizado, operou no trimestre com capacidade ociosa. A indústria automobilística nacional e os setores que atuam para atender esse mercado foram afetados pela restrição ao crédito imposta pelo Banco Central. Com o encarecimento das prestações de financiamento de veículos, vários consumidores de menor renda perderam seu poder de compra.

Contribuiu também para a queda na produção, consequentemente nas vendas, o desastre natural corrido no Japão no início do ano. A produção japonesa de veículos e de autopeças foi impactada por este evento e vem provocando paradas pontuais de produção e antecipações de paradas de manutenção também no Brasil, devido à falta de componentes elétricos japoneses. Este evento impactou negativamente as vendas desta Divisão para as fábricas japonesas instaladas em nosso país.

Importante fato ocorre no mercado de veículos leves no Brasil: 825 mil veículos foram vendidos neste primeiro trimestre o que representou 4,7% de crescimento em comparação com o mesmo período de 2010. Entretanto, as vendas de veículos nacionais recuaram 2,1%, enquanto a venda de carros importados avançou 28,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este fato representou menos vendas de rodas para as Empresas nacionais.

Desta forma, a margem bruta sofreu queda de 1 p.p neste trimestre quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Comentário do Desempenho

DIVISÃO CILINDROS

<i>R\$ milhões</i>	1T10	1T11	Variação
Receita Bruta	41,9	46,6	11,2%
Receita Líquida	33,0	36,3	10,0%
<i>Mercado Interno</i>	32,5	36,3	11,7%
<i>Mercado Externo</i>	0,5	-	-100,0%
CPV	(27,4)	(31,3)	14,3%
Lucro Bruto	5,6	5,0	-10,5%
<i>Margem Bruta</i>	17,0%	14,0%	-3,0%

Neste trimestre, a receita líquida da Divisão Cilindros foi de R\$ 36,3 milhões, 10% superior ao mesmo período de 2010, que fora de R\$ 33 milhões.

Nos primeiros vinte dias do mês de janeiro de 2011, a fábrica ficou paralisada para manutenção, ocasionando gastos de manutenção superiores ao despendidos em 2010. A participação maior de vendas de produtos estampados neste trimestre em relação ao mesmo período de 2010 também contribuiu para a queda de 3.0 pontos percentuais na margem bruta.

UNIDADE GALVANIZAÇÃO

<i>R\$ milhões</i>	1T10	1T11	Variação
Receita Bruta	13,2	11,0	-16,7%
Receita Líquida	10,5	8,7	-17,1%
CPV	(7,8)	(6,6)	-15,4%
Lucro Bruto	2,7	2,1	-22,2%
<i>Margem Bruta</i>	25,7%	24,1%	-1,6%

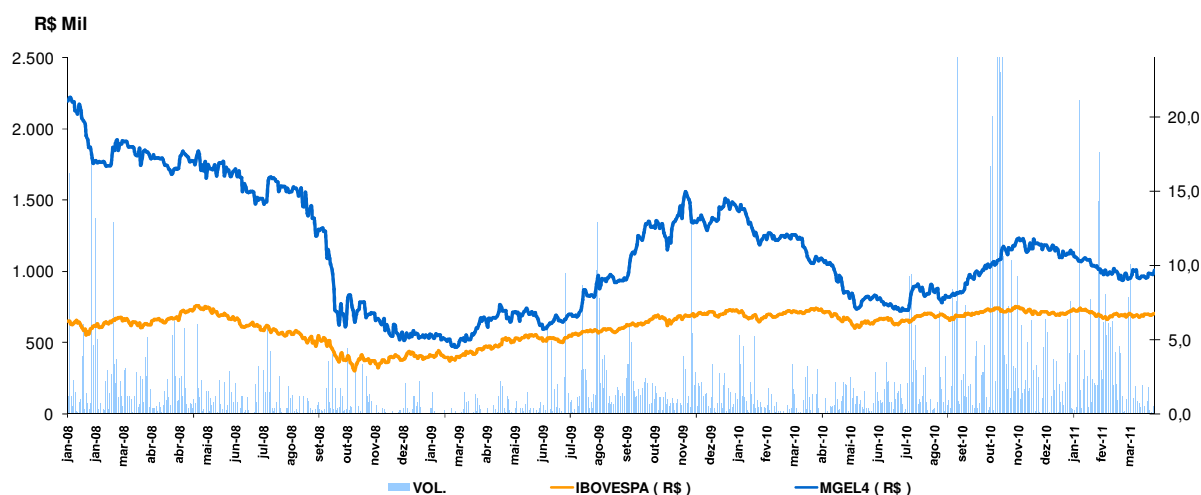
A Receita Líquida desta unidade foi 17,1% inferior ao apurado no mesmo trimestre de 2010. Os setores de construção civil, infraestrutura, investimentos da Iniciativa Privada, e outros setores de atuação para esta Unidade, apresentaram desempenho inferior ao do mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

DESEMPENHO DAS AÇÕES PREFERENCIAIS

Período	Média Diária	
	Número de Negócios	Volume negociado R\$ mil
2004	7,2	195,9
2005	7,4	120,7
2006	6,7	57,8
2007	22,7	430,9
2008	14,5	147,0
2009	19,1	125,2
2010	22,6	270,4
2011 (até 31/03)	16,3	323,3



- As cotações das ações anteriores a 2 de maio de 2008 foram ajustadas para refletir o efeito do desdobramento.

A ação preferencial da Empresa (MGEL4), em 31 de março de 2011, estava cotada a R\$ 9,65. Este valor corresponde a uma desvalorização de 10,6% quando comparado com a cotação de 31 de dezembro de 2010, que era de R\$ 10,80.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ao ofício circular CVM/SEP/SNC nº 02/2003, de 20 de março, a Empresa e suas controladas informam que não contrataram da Ernst&YoungTerco Auditores Independentes S.S., auditores da empresa, outros serviços que não estivessem relacionados à auditoria.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos e preservam a independência desses auditores e

Comentário do Desempenho

consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Conforme divulgado no Relatório anual da Empresa de 2010, a Mangels continua e continuará empenhada na melhoria de seus resultados.

A Empresa entende que, por conta das mudanças conjunturais que estão ocorrendo no mundo e especialmente em nosso país, deve focar na excelência de seus colaboradores, em investimentos definidos em seu plano estratégico, na máxima ocupação de seu parque fabril e em programas de melhoria contínua, visando à redução de custos e maior competitividade.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Mangels agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras, pela cooperação e confiança depositadas, e em especial aos seus colaboradores, pela dedicação e esforços demonstrados.

São Paulo, 09 de maio de 2011.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Mangels Industrial S.A. (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada na Rua Verbo Divino, 1488 – 6º andar – São Paulo – SP.

A Mangels Industrial S.A., através de suas investidas, participa em produtos de aço relaminados, peças de aço estampado, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP, produção e venda de rodas automotivas de alumínio, serviços de galvanização de artefatos de aço e fabricação e comercialização de defensas para estradas.

Em 03 de janeiro de 2011, a Companhia decidiu descontinuar a produção e comercialização de rodas de alumínio para o mercado de reposição (aftermarket), conforme decisão aprovada pelo Conselho de Administração. A decisão estava prevista no planejamento estratégico da divisão Rodas, que tem como objetivo concentrar o atendimento ao mercado de rodas originais.

Adicionalmente, em 31 de janeiro de 2011 a Companhia anunciou o Plano de Reorganização das Sociedades Controladas, com os objetivos principais de: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução de despesas administrativas.

O Projeto de Reorganização visa também a preparação da estrutura societária do grupo para que ocorra, oportunamente, e por etapas, a transferência progressiva das atividades operacionais da atual controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda para a própria Mangels Industrial S.A.

As informações trimestrais foram autorizadas para conclusão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 09 de maio de 2011.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2011 e de 2010 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (demonstração intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34, observando as disposições contidas no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011.

As demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

As demonstrações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”).

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB, seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia e as demonstrações contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.1 Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações financeiras da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de março de 2011, apresentadas abaixo:

		Participação no Capital Social - %			
		31.03.2011		31.12.2010	
País-sede		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	Brasil	100,00	-	97,76	2,24
Mangels Galvanização Ltda.	Brasil	100,00	-	97,92	2,08
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Brasil	-	100,00	-	100,00
Laminação Baukus Ltda.	Brasil	-	100,00	100,00	-
Maxitrade S.A.	Brasil	-	100,00	100,00	-
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	-	100,00	-	100,00
Recman Comercial e Administradora Ltda.	Brasil	-	100,00	-	100,00
Mangels USA Corporation	EUA	-	100,00	-	100,00
Mangels International S.A.	Uruguai	-	100,00	-	100,00
Superfície Ltda.	Brasil	-	100,00	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Brasil	-	100,00	-	100,00

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de consolidação--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Mangels Industrial S.A. obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

2.2 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das informações trimestrais da controladora e consolidadas. As informações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior, registradas em dólar, os seus ativos, passivos e resultados são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços.

2.4 Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos : A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços: As receitas de prestações de requalificação de recipientes para Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP e de serviços de galvanização são reconhecidas contra a prestação dos mesmos e pela devolução do produto ao requisitante do serviço, ou à medida que o serviço é prestado.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo a alíquota de 5% a 10%; ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não-cumulativo a alíquota de 1,65%; iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não-cumulativo a alíquota de 7,60%; iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não-cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo a alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social – correntes : A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada a alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos : Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Tributação--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Subvenções governamentais

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o período de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na Nota Explicativa nº 19.

2.7 Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus e plano de previdência privada (contribuição definida) administrada por seguradora. O plano de previdência complementar é concedido aos funcionários ativos, e que são elegíveis ao referido plano de acordo com o atendimento de determinadas condições.

Esses benefícios são registrados no resultado quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados em seu reconhecimento inicial pelos valores justos, no resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelos seus valores justos. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.
- ii) Empréstimos (concedidos) e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e resultados não realizados em operações com derivativos, classificados na categoria i), e contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis e saldos com partes relacionadas classificados na categoria ii). A Companhia não identificou ativos financeiros classificáveis na categoria de “investimentos mantidos até o vencimento”.

Desreconhecimento (baixa): Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) Passivos financeiros

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial pelo valor justo no resultado. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- ii) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e débitos com empresas ligadas, classificados na categoria ii), e ganhos ou perdas não realizadas em operações com derivativos, classificados na categoria i).

Desreconhecimento (Baixa): Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Instrumentos financeiros--Continuação

v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na Nota Explicativa 4.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados da Companhia são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

As taxas de depreciação vigentes, por grupo de ativo imobilizado estão abaixo demonstradas:

	<u>Taxa média anual %</u>
Edifícios e benfeitorias	3
Equipamentos e Instalações	12,4
Veículos	20
Móveis e Utensílios	13,5

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no período em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômica futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Ágio com expectativa de rentabilidade futura
Vida Útil	Definida	Definida	Indefinida
Método de Amortização Utilizado	Linear	Linear	N/A

2.12 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Matérias primas: custo de aquisição apurado de acordo com o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando estes não apresentarem previsibilidade de uso ou venda nos próximos 100 dias.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito ao final de cada exercício ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.15 Provisões

Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos e discussões judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidá-la e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações trimestrais consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetados em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

i) Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Conforme descrito na nota 2.13, quando o valor contábil líquido exceder o valor recuperável do ativo, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

ii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, o que leva a administração a adotar determinadas premissas para apurá-los. Mudanças futuras nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

ii) Impostos--Continuação

A Companhia apresenta prejuízos fiscais e bases negativas a compensar no valor de R\$6.368 mil (R\$5.875 mil em 31 de dezembro 2010). Esses prejuízos se referem a controladas e a controladora, que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia.

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

iii) Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

A capitalização inicial de custos é baseada no julgamento da administração de que a viabilidade tecnológica e econômica será confirmada, geralmente quando um projeto de desenvolvimento de produto tenha alcançado um determinado ponto seguindo um modelo estabelecido de gestão de projeto. Ao determinar os valores a serem capitalizados, a administração adota premissas sobre a geração futura de caixa esperada do projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e o período esperado dos benefícios.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, o montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM no. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas, debêntures e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado. Adicionalmente a Companhia e suas controladas realizam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas informações trimestrais:

Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	178.539	123.937	178.539	123.937
Títulos e valores mobiliários	103.531	96.549	103.531	96.549
Contas a receber de clientes	73.908	97.692	73.908	97.692
Tributos a recuperar	46.482	54.236	46.482	54.236
Total:	402.460	372.414	402.460	372.414
Passivos financeiros				
Fornecedores	54.528	31.251	54.528	31.251
Empréstimos e financiamentos	468.551	445.908	469.995	447.893
Debêntures	72.225	69.963	73.254	71.035
Tributos a recolher	3.507	12.079	3.507	12.079
Total:	598.811	559.201	601.284	562.258

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se dos valores de seus valores de realização grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração a valor justo--Continuação

- *Derivativos*: são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31 de março de 2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	178.539	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	103.531	X	-	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	468.551	-	X	-
Debêntures	72.225	-	X	-

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Este Comitê é formado por membros da própria administração e também por profissionais externos.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, e proíbe negociações especulativas e vendas a descoberto.

- (i) *Risco de crédito* : A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter mais que 20% desses investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

- (ii) *Risco de liquidez* : É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(iii) *Riscos de mercado*:

- Risco com taxa de juros : O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.
- Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Desta forma, a política de gestão de riscos e caixa da Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de minimizar essa exposição cambial, considerando um horizonte de 12 meses.

A utilização de instrumentos financeiros mitiga a exposição cambial e obedecem as seguintes regras:

- . Todos instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais do mercado brasileiro;

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

(iii) *Riscos de mercado*--Continuação

- Os instrumentos financeiros devem ter alta correlação com o ativo a ser protegido.

A Companhia entende também, que por meio da contratação de dívidas em moeda estrangeira está exposta à flutuação das taxas de juros internacionais, sendo que a alta das taxas de juros flutuantes causa um aumento das despesas futuras. Portanto, a Companhia persegue a proteção da exposição a taxas de juros flutuantes também por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos. A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a exposição a taxas de juros flutuantes considera que todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais dos mercados internacionais. A contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com *rating* superior a AA-.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Regime de Competência Milhares de dólares norte-americanos		Milhares de reais	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Direitos				
Títulos e valores mobiliários	15.686	15.684	25.548	26.133
Clientes	3.176	2.384	5.174	3.973
Outros direitos	-	-	-	-
Hedge Cambial - Dólar Futuro (i)	41.500	41.500	67.591	69.147
	<u>60.362</u>	<u>59.568</u>	<u>98.313</u>	<u>99.253</u>
Obrigações				
Empréstimos e financiamentos (ii)	201.983	177.959	328.969	296.516
Outras obrigações	1.499	1.476	2.441	2.459
Fornecedores	1.170	3.467	1.906	5.776
	<u>(144.290)</u>	<u>(123.334)</u>	<u>(235.003)</u>	<u>(205.498)</u>
Exposição líquida				

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

(iii) *Riscos de mercado*--Continuação

- (i) Refere-se ao valor nominal da compra de dólar futuro, operação esta contemplada no Fundo de Investimento Exclusivo conforme demonstrado nas Notas Explicativas 5 e 6.
- ii) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de pré-pagamento de exportação, no valor de R\$102.283 (R\$62.669 em 31 de dezembro de 2010) - Nota Explicativa 13, os quais serão quitados pelas futuras exportações de produtos da Companhia, não representando, portanto, futuros desembolsos de caixa.

d) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas instituições financeiras com classificação de crédito de grau de investimento e com a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visam proteger os ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Financiamentos" no passivo circulante (balanço patrimonial), e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras".

- . Contratos de *swap* : São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda dólar para o real ou de real para dólar, dependendo da operação.
- . Dólar futuro : Instrumento utilizado para proteção *hedge* das obrigações expostas em dólar norte-americano, incluindo as dívidas dos próximos 12 meses.

A Companhia divulga a seguir a sua posição em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Derivativos--Continuação

Valor Justo		31.03.2011	31.12.2010
		Passivos	
Swaps	(1)	5.902	6.027
Compra de dólar futuro - (Nota Explicativa 6)	(2)	70	707

(1) Os contratos de swaps são completamente atrelados aos contratos de Capital de Giro, com direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e com a intenção de compensação, e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Com isso, eles são apresentados nas demonstrações financeiras líquidos do saldo de Capital de Giro.

(2) O valor nominal da compra de dólar futuro é de R\$41.500 em 31 de março de 2011, e em 31 de dezembro de 2010.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia reconheceu na rubrica de "Despesas financeiras" perdas de R\$ 2.717 relacionados a contratos de hedge cambial (R\$ 414 em 31 de março de 2010).

As operações de derivativos da Companhia na BM&F BOVESPA requerem margem inicial em garantia. A Companhia possuía, em 31 de março de 2011, depósitos de margem de R\$10.494 relacionados a Títulos Públicos (LFT e LTN) (R\$9.815 em 31 de dezembro de 2010, relacionados a Certificados de Depósitos Bancários com bancos de primeira linha).

A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio na BM&F Bovespa, considerada como risco de contraparte aceito.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM no. 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores e mobiliários e empréstimos captados em moeda estrangeira); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Análise de sensibilidade--Continuação

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos, dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,45950% a.a., Dólar R\$1,6287 e CDI 10,64% a.a.

		Consolidado		
PASSIVOS	Riscos	Variação		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	(196.764)	(196.989)	(197.214)
Dívida em US\$	aumento do US\$	(328.969)	(411.212)	(493.454)
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	(104.298)	(106.806)	(109.313)
Total dos Passivos		(630.031)	(715.007)	(799.981)
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	178.539	174.247	169.954
Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	18.438	17.995	17.551
Títulos e valores mobiliários	queda do US\$	25.548	19.161	12.774
Clientes	queda do US\$	5.174	3.880	2.587
Compra de US\$ futuro	queda do US\$	67.591	50.693	33.796
Total dos Ativos		295.290	265.976	236.663

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Remuneração média - %	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
<i>Em moeda nacional</i>					
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,68% do CDI	35.114	33.238	81.709	66.584
Certificado de Depósito Bancário - CDB - over	80% do CDI	-	-	9.000	-
Operações compromissadas	101,70% do CDI	16.912	17.797	31.533	36.330
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)					
CDB	103,5% do CDI	206	-	1.002	-
Operações compromissadas	100,0% do CDI	7.941	1.435	38.697	5.501
Outros	93,4% do CDI	61	396	298	1.519
Disponibilidade em conta-corrente		84	112	16.300	13.517
		60.318	52.978	178.539	123.451

6. Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
Remuneração média - %		31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
<u>Em moeda nacional</u>					
Certificado de Depósito Bancário - CDB			-	687	2.668
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)					
CDB	101,9% do CDI	1.331	2.213	6.486	8.487
Debêntures	CDI + 0,25%	271	261	1.318	1.002
Debêntures over	102,1% do CDI	2.182	-	10.634	-
Cotas de FIDC		-	125		481
Títulos públicos - LTN e LFT	100% da SELIC e pré fixada	11.159	14.094	54.373	54.041
BM&F	variável	(15)	(184)	(70)	(707)
Fundo Investimento Renda Fixa	variável	935	1.286	4.555	4.930
		15.863	17.795	77.983	70.902
<u>Em moeda estrangeira</u>					
Time Deposit	VC + 0,93% a.a		-	20.760	21.211
Treasury Notes	VC + 2,46% a.a		-	2.754	2.852
Corporate Bonds	VC + 6,08% a.a		-	2.034	2.070
		-	-	25.548	26.133
Total		15.863	17.795	103.531	97.035

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
No Brasil	73.329	98.267
No Exterior	5.174	3.973
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.595)	(4.548)
	73.908	97.692

Notas Explicativas**7. Contas a receber de clientes-- Continuação**

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.548
Complemento de provisão	386
Valores utilizados	(304)
Valores estornados e não utilizados	(35)
Saldo em 31 de março de 2011	4.595
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.687
Complemento de provisão	567
Valores utilizados	(157)
Valores estornados e não utilizados	(972)
Saldo em 31 de março de 2010	4.125

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	31.03.2011	31.12.2010
A vencer	65.367	89.280
Títulos vencidos		
de 1 a 30 dias	5.146	4.297
de 31 a 60 dias	1.324	1.222
de 61 a 90 dias	499	361
de 91 a 180 dias	863	1.297
de 181 a 360 dias	1.628	2.354
mais de 360	3.676	3.429
	13.136	12.960
Total:	78.503	102.240

Notas Explicativas

8. Estoques

	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Produtos acabados	25.593	23.944
Produtos em processo	19.661	15.691
Matérias-primas	60.270	54.907
Materiais auxiliares	13.350	14.032
Provisão para perdas no estoque	(1.016)	(876)
	117.858	107.698

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	-	-	14.247	14.145
Crédito presumido de IPI	-	-	796	796
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.405	1.367	2.627	7.371
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (ii)	-	-	13.939	13.210
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10	-	763	306
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	-	-	6.181	5.595
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (iii)	-	-	2.781	6.610
Programa de Integração Social - PIS (iii)	-	-	4.022	5.077
Outros	-	-	1.126	1.126
	1.415	1.367	46.482	54.236
Circulante	(1.415)	(1.367)	(39.753)	(47.484)
Não circulante	-	-	6.729	6.752

(i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1º DE 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.

(ii) O saldo de IPI é decorrente, principalmente, do crédito prêmio de IPI (vide Nota Explicativa 18) e créditos sobre compra de insumos utilizados na fabricação de produtos.

(iii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

10. Investimento

10.1. Investimentos em Controladas

	31.03.2011				31.12.2010			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)	Resultado Líquido
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	786.271	563.517	222.754	2.286	747.738	531.635	216.103	20.407
Mangels Galvanização Ltda.	4.755	63	4.693	265	9.470	4.949	4.521	1.152
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	47.480	20.237	27.242	4.761	42.237	19.756	22.482	12.623
Laminação Baukus Ltda.	89	76	13	(2)	91	76	15	(4)
Maxitrade S.A.	4.339	3	4.335	(16)	4.355	4	4.351	1.704
Mangels International Corporation	18.505	-	18.505	26	18.904	-	18.904	302
Recman Comercial e Administradora Ltda.	5.113	471	4.642	1	5.112	471	4.641	1.755
Mangels USA Corporation	(2.230)	20	(2.249)	(24)	(2.217)	60	(2.276)	(30)
Superfície Ltda.	23.301	3.967	19.334	463	22.699	4.058	18.641	512
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	2.025	859	1.166	104	1.899	838	1.061	523
	889.647	589.213	300.434	7.863	850.288	561.847	288.443	38.944

Notas Explicativas

10.2 Informações sobre os investimentos

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - %		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
		Direta	Indireta		
Em 31 de dezembro de 2010					
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	14.621	97,76	2,24	216.103	20.407
Laminação Baukus Ltda.	2.073	100,00	-	15	(4)
Maxitrade S.A.	15.991	100,00	-	4.351	1.704
Mangels Galvanização Ltda.	514	97,92	2,08	4.521	1.152
Em 31 de março de 2011					
Mangels Indústria e Comércio Ltda.	32.685	100,00	-	222.754	2.291
Mangels Galvanização Ltda.	514	100,00	-	4.693	265

10.3 Movimentação dos investimentos

	Controladora				
	Mangels Indústria e Comércio Ltda.	Laminação Baukus Ltda.	Maxitrade S.A.	Mangels Galvanização Ltda.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	128.956	19	2.647	8.049	139.671
Equivalência patrimonial	19.951	(4)	1.704	1.129	22.780
Aumento de capital (i)	62.364	-	-	-	62.364
Redução de capital (ii)	-	-	-	(4.750)	(4.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	211.271	15	4.351	4.428	220.065
Equivalência patrimonial	2.286	-	-	265	2.551
Aumento de capital (i)	4.366	-	-	-	4.366
Transferência de Investimento (j)	-	(15)	(4.351)	-	(4.366)
Compra das quotas Mangels Indústria e Com. Ltda.(iii)	4.831	-	-	-	4.831
Saldo em 31 de março de 2011	222.754	-	-	4.693	227.447

- (i) Durante o exercício de 2010, a controladora Mangels Industrial S.A., efetuou aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$62.364 sendo R\$21.299 em 31 de março de 2010, R\$39.283 em 30 de junho de 2010 e R\$1.780 em 30 de setembro de 2010, sendo 97,76 seu percentual de participação na controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda. em 31 de dezembro de 2010. Em 18 de março de 2011 os sócios aprovaram o aumento de capital na controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda., no montante de R\$4.366, para adquirir 100% das quotas do capital social da Laminação Baukus Ltda e da Maxitrade Ltda, anteriormente detida pela Controladora.
- (ii) Em 2010 a controlada Mangels Galvanização Ltda., reduziu o seu capital em R\$ 4.851, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto, proporcionalmente a participação de cada sócio cotista no capital social da Sociedade, de tal forma a Controladora recebeu R\$4.750, e o restante foi distribuído para outros sócios.
- (iii) No trimestre findo em 31 de março de 2011, a controladora Mangels Industrial S.A, comprou as quotas da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda. que estavam em poder da Recman Comercial e Administradora Ltda, no montante de R\$ 4.831, passando a participação da Mangels Industrial na Mangels Indústria e Comércio Ltda de 97,76% para 100%.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

11.1 Movimentação do imobilizado

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	21.611	46.974	148.450	1.164	3.735	119	62.716	4.160	288.929
Aquisição	1.207	2.341	13.991	225	373	12	32.503	4.866	55.518
Baixas	(2.950)	(15)	(126)	(630)	(105)	(13)	317	(4.432)	(7.954)
Transferência de andamento para imobilizado	2.807	195	37.537	1.146	314	-	(38.813)	(3.186)	-
Depreciação	-	(2.443)	(17.500)	101	(1.004)	-	-	-	(20.846)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	22.675	47.052	182.352	2.006	3.313	118	56.723	1.408	315.647
Custo total	22.675	74.727	377.025	2.523	16.703	118	56.723	1.408	551.902
Depreciação acumulada	-	(27.675)	(194.673)	(517)	(13.390)	-	-	-	(236.255)
Valor residual	22.675	47.052	182.352	2.006	3.313	118	56.723	1.408	315.647
Aquisição	-	221	550	-	-	-	6.961	538	8.270
Baixas	-	-	(61)	(290)	(156)	-	-	(1.445)	(1.952)
Transferência de andamento para imobilizado	-	-	21.363	286	15	-	(21.664)	-	-
Depreciação	-	(250)	(4.922)	(29)	(144)	-	-	-	(5.345)
Saldos em 31 de março de 2011	22.675	47.023	199.282	1.973	3.028	118	42.020	501	316.620
Custo total	22.675	74.948	398.877	2.519	16.562	118	42.020	501	558.220
Depreciação acumulada	-	(27.925)	(199.595)	(546)	(13.534)	-	-	-	(241.600)
Valor residual	22.675	47.023	199.282	1.973	3.028	118	42.020	501	316.620
Taxa anual média de depreciação %									
		3	6,27 a 25,0	20	3,7 a 25,0				

O saldo do ativo imobilizado inclui reavaliações de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de março de 2011, o saldo líquido dos bens reavaliados é de R\$49.656 (31 de dezembro de 2010 - R\$50.176), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$30.510 (31 de dezembro de 2010 - R\$30.029).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Lucros acumulados" e totalizou, no trimestre findo em 31 de março de 2011 R\$346 (R\$402 em 31 de março de 2011).

As obras em andamento correspondem a investimentos que estão sendo realizados pela Companhia para aumento de produtividade e redução de custos, modernizando suas linhas de produção com equipamentos mais modernos, eficientes e econômicos, principalmente na Divisão Aços que está ampliando a sua planta fabril.

Neste período foram capitalizados R\$6,6 milhões referentes a um novo forno de refusão de cavaco, e R\$ 10,1 milhões referentes à ativação da linha de corte.

Notas Explicativas

12. Intangível

Consolidado	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	591	3.963	153	13.598	18.305
Custo Total	633	9.318	158	13.598	23.707
Amortização	(42)	(5.355)	(5)	-	(5.402)
Valor residual	591	3.963	153	13.598	18.305
Aquisição	-	-	-	-	-
Baixas	-	(118)	-	-	(118)
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(31)	(300)	(8)	-	(339)
Saldo em 31 de março de 2011	560	3.545	145	13.598	17.848
Custo Total	633	9.200	158	13.598	23.589
Amortização	(73)	(5.655)	(13)	-	(5.741)
Valor residual	560	3.545	145	13.598	17.848

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa média anual de juros - % a.a.	Consolidado	
		31.03.2011	31.12.2010
Moeda Nacional			
BNDDES / Máquinas/ PSI / EXIM	4,85% a.a	94.376	94.495
Capital de Giro (CEF / NCE BB)	120% do CDI	30.363	39.551
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	13.133	13.448
Arrendamento Mercantil (Nota 13)	CDI + 0,28% a.m.	1.710	1.898
		139.582	149.392
Moeda Estrangeira			
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor + 4,59% a.a.	179.321	142.945
Capital de giro / Finimp	4,96% a.a	55.167	58.514
DEG/FMO	Libor + 4,74% a.a.	94.481	95.057
		328.969	296.517
		468.551	445.909
Circulante		(120.881)	(124.618)
Não Circulante		347.670	321.291

Os financiamentos obtidos do BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo. Os pré-pagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de créditos rotativos.

Como obrigação contratual do empréstimo contratado junto ao DEG/FMO, a Companhia deve atender trimestralmente e anualmente determinados indicadores financeiros (*covenants*) medidos com base nas informações trimestrais e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia estava adimplente com essas obrigações contratuais.

Notas Explicativas

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
a partir de abril de		
2012	94.739	131.469
2013	124.642	117.571
2014	49.829	27.471
2015	45.132	22.703
2016	26.113	14.861
2017	1.820	1.820
2018	1.773	1.773
2019	1.728	1.728
2020	1.281	1.281
2021	613	613
	<u>347.670</u>	<u>321.290</u>

14. Debêntures

							Controladora e Consolidado		
							31.03.2011		
	Indexador	Juros	Circulante	Não Circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar	Total Circulante	Total Não Circulante
Debêntures	Taxa DI	3.257	17.781	54.444	(1.238)	206	(1.032)	(253)	(779)

							Controladora e Consolidado		
							31.12.2010		
	Indexador	Juros	Circulante	Não Circulante	Custos de transação incorridos	Custos de transação apropriados	Custos de transação a apropriar	Total Circulante	Total Não Circulante
Debêntures	Taxa DI	921	15.519	54.444	(1.072)	143	(929)	(124)	(805)

Em 7 de maio de 2010, o Conselho de Administração, aprovou a 3ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 70.000, com as seguintes condições: (i) Data de Emissão: 18 de maio de 2010; (ii) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000; (iii) Quantidade de Debêntures e Número de Séries: 70 (setenta) Debêntures, em série única. ; (iv) Colocação e Negociação: as Debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com garantia firme de subscrição para o volume de R\$ 70.000; (v) Prazo e Data de Vencimento: 5 (cinco) anos a partir da Data de Emissão; (vi) Remuneração: sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 118,00% (cento e dezoito por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extra-grupo", a serem pagos semestralmente; (vii) Amortização: o valor nominal unitário das Debêntures será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 18 de maio de 2011; e (viii) Garantia: as Debêntures contarão com a garantia da cessão sob condição suspensiva de direitos creditórios da Mangels Indústria e Comércio Ltda., até o limite de 55% (cinquenta e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures.

Notas Explicativas

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

Ano	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
2012	15.554	15.554
2013	15.554	15.554
2014	15.554	15.554
2015	7.781	7.781
	54.444	54.444

Em 25 de maio de 2010, o Conselho de Administração da Companhia havia aprovado a 4ª (quarta) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia flutuante e garantia adicional, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e re-ratificada em Reuniões do Conselho de Administração ocorridas em 28 de junho e 28 de julho de 2010 ("Debêntures"), no valor de total de R\$120 milhões.

Em reunião realizada em 31 de janeiro de 2011, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, aprovaram o cancelamento da mesma.

15. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Consolidado		Consolidado	
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Tributárias	2.543	2.914	471	471
Trabalhistas e previdenciárias	4.112	4.423	2.655	2.686
Outras	1.569	1.568	2.584	2.584
	8.224	8.905	5.710	5.741

Notas Explicativas

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	471	2.686	2.584	5.741
Adições	-	39	-	39
Baixas	-	(70)	-	(70)
Saldo em 31 de Março de 2011	471	2.655	2.584	5.710

	Consolidado		
	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	748	2.775	3.523
Adições	314		314
Baixas	(4)		(4)
Saldo em 31 de Março 2010	1.058	2.775	3.833

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- **Tributárias:** Refere-se à provisão para demanda relacionada à compensação integral de Imposto de Renda e Contribuição Social na controlada indireta Recman Comercial e Administradora Ltda.
- **Trabalhistas e previdenciárias:** são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas extras, equiparação salarial e outros;
- **Outras:** representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis - não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

(a) Tributárias

- i) COFINS - compensação de PIS calculados na forma dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2449 de 1988 (PIS Semestralidade) com COFINS - refere-se a valores considerados como compensações indevidas e inscrito na dívida ativa da

Notas Explicativas

União em janeiro de 2008, no montante de R\$6,2 milhões, atualizado até 31 de março de 2011.

- ii) PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ^{ao} 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 31 de março de 2011.
- iii) ICMS – refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda em 19 de maio de 2010 sob o argumento de tributação a menor de material aplicado na industrialização sob encomenda e de créditos extemporâneos indevidos, no montante de R\$5,3 milhões, atualizado até 31 de março de 2011.
- iv) CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$2,9 milhões, atualizado até 31 de março de 2011.
- v) CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 3,8 milhões, atualizado até 31 de março de 2011.

(b) Previdenciárias

INSS e SAT s/ folha de pagamento e multas. Em nov/07 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias(INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,1 milhões, atualizado até 31 de março de 2011.

(c) Cíveis

A sociedade é parte em 3 ações cíveis, entre as quais 2 no âmbito da justiça cível e 1 na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,6 milhões, atualizado até 31 de março de 2011.

d) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

Notas Explicativas

16. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais e transações no trimestre findo em 31.03.2011

	31.03.2011				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Mangels Industria e Comercio Ltda.	-	-	1.200 (3)	-	5
Laminação Baukus Ltda.	-	-	-	-	-
Recman Ltda.	-	-	-	-	-
Mangels International corporation	-	-	-	-	-
Mangels USA	5	-	-	-	-
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	-	-	-	-	-
Superfície Ltda.	-	-	1.000 (2)	-	-
E.Koga Ltda.	1.000 (2)	-	-	-	-
Mangels Galvanização Ltda.	1.195 (3)	-	-	-	-
	2.200	-	2.200	-	5
Com empresas não consolidadas					
Mangels S.A.	-	7	-	278	-
Tecnopar S.A.	-	-	-	7	-
Shorewood S.A.	-	-	-	-	-
	-	7	-	285	-

Saldos patrimoniais e transações no exercício findo em 31.12.2010

	2010				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas)
Com empresas consolidadas					
Mangels Industria e Comercio Ltda.	131 (1)	-	1.272 (3)	-	10.358
Laminação Baukus Ltda.	-	-	-	-	-
Recman Ltda.	101	-	-	-	-
Mangels International corporation	-	-	-	-	122
Mangels USA	5	-	60	-	(122)
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	126	-	126 (1)	-	(9.809)
Superfície Ltda.	2	-	1.002 (2)	-	(549)
E.Koga Ltda.	1.000 (2)	-	-	-	-
Mangels Galvanização Ltda.	1.195 (3)	-	101	-	-
	2.560	-	2.560	-	-
Com empresas não consolidadas					
Mangels S.A.	-	-	-	280	-
Tecnopar S.A.	-	-	-	5	-
Shorewood S.A.	-	-	-	-	-
	-	-	-	285	-

(1) Refere-se principalmente a operação comercial de venda de aço da Mangels Indústria e Comércio Ltda. para Mangels Componentes da Amazônia.

(2) Refere-se principalmente a dívidas de ex-sócios adquiridas, com a compra das quotas representativas de 100% da E.koga.

(3) Refere-se a operações de aluguel de equipamentos de infra-estrutura da Mangels Galvanização para Mangels Indústria e Comércio Ltda.

Todas as movimentações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

Notas Explicativas

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$7.800 conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011. A remuneração paga durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	1.513	1.588
Planos de aposentadoria e pensão (i)	104	172
Outros benefícios	632	61
	<u>2.249</u>	<u>1.821</u>

(i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.7, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

17. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com quatro segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- **Aços:** Instalada em São Bernardo do Campo (SP), a Divisão Aços é responsável pela produção de tiras relaminadas de aço de baixo, médio e alto teor de carbono para as mais diversas aplicações. Possui também, um Centro de Serviços de Aços (CSA), prestando serviços de decapagem, aplainamento e corte.
- **Rodas:** Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- **Cilindros:** também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR)
- **Galvanização:** com planta em Guarulhos (SP), é responsável pela fabricação e tratamento de defensas metálicas para rodovias, produção de pisos industriais e oferece serviços de galvanização a fogo de peças e estruturas de aço.

Notas Explicativas

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 31 de março de 2011 esta apresentado a seguir:

	31.03.2011					
	Aços	Rodas	Cilindros	Galvanização	Outros	Total
Ativos por segmento	463.946	166.593	124.496	57.121	79.814	891.970

	31.12.2010					
	Aços	Rodas	Cilindros	Galvanização	Outros	Total
Ativos por segmento	434.808	171.725	111.624	55.108	83.546	856.811

Divisão Aços

R\$ milhões	31.03.2011	31.03.2010	Variação
Receita Bruta	100,8	93,3	8,0%
Receita Líquida	76,8	69,7	10,2%
<i>Mercado Interno</i>	74,7	68,7	8,7%
<i>Mercado Externo</i>	2,1	1,0	110,0%
CPV	(68,5)	(61,4)	11,6%
Lucro Bruto	8,3	8,3	0,0%
<i>Margem Bruta</i>	10,8%	11,9%	-1,2%

Divisão Rodas

R\$ milhões	31.03.2011	31.03.2010	Variação
Receita Bruta	77,0	71,6	7,5%
Receita Líquida	60,9	56,8	7,2%
<i>Mercado Interno</i>	56,2	51,1	10,0%
<i>Mercado Externo</i>	4,7	5,7	-17,5%
CPV	(54,3)	(50,1)	8,4%
Lucro Bruto	6,6	6,7	-1,5%
<i>Margem Bruta</i>	10,8%	11,8%	-1,0%

Divisão Cilindros

R\$ milhões	31.03.2011	31.03.2010	Variação
Receita Bruta	46,6	41,9	11,2%
Receita Líquida	36,3	33,0	10,0%
<i>Mercado Interno</i>	36,3	32,5	11,7%
<i>Mercado Externo</i>	-	0,5	-100,0%
CPV	(31,3)	(27,4)	14,3%
Lucro Bruto	5,0	5,6	-10,5%
<i>Margem Bruta</i>	14,0%	17,0%	-3,0%

Notas ExplicativasUnidade Galvanização

<i>R\$ milhões</i>	31.03.2011	31.03.2010	Variação
Receita Bruta	11,0	13,2	-16,7%
Receita Líquida	8,7	10,5	-17,1%
CPV	(6,6)	(7,8)	-15,4%
Lucro Bruto	2,1	2,7	-22,2%
<i>Margem Bruta</i>	<i>24,1%</i>	<i>25,7%</i>	<i>-1,6%</i>

Informações Geográficas:*Receitas de clientes no exterior*

					Consolidado
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	31.03.2011
					TOTAL
Receita Líquida	76.780	60.904	36.328	8.681	182.693
Mercado Interno	74.668	56.191	36.328	8.681	175.868
Mercado Externo	2.112	4.713	-	-	6.825
Ásia	128	-	-	-	128
Europa	589	-	-	-	589
América do Norte	27	-	-	-	27
América do Sul e Central	1.368	4.713	-	-	6.081
					Consolidado
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	31.03.2010
					TOTAL
Receita Líquida	69.623	56.692	33.048	10.633	169.996
Mercado Interno	68.671	50.931	32.520	10.633	162.755
Mercado Externo	952	5.761	528	-	7.241
Ásia	75	-	-	-	75
Europa	397	-	-	-	397
América do Norte	194	-	-	-	194
América do Sul e Central	286	5.761	528	-	6.575

Notas Explicativas

18. Outras receitas (despesas) operacionais

		Consolidado	
		31.03.2011	31.03.2010
Outras despesas operacionais			
Provisão para perdas de processos trabalhistas		(629)	(458)
Valor residual de venda de ativos		(16)	-
Honorários advocatícios		(71)	(63)
Outras despesas		(262)	(277)
		(978)	(798)
Outras receitas operacionais			
Receita de impostos (extemporâneos)	(a)	-	10.247
Receita de venda de ativos		39	-
Outras receitas		1.644	-
		1.683	10.247
Total outras (despesas) receitas operacionais		705	9.449

- (a) A Companhia registrou em 2010 o valor de R\$10,2 milhões referente ao Crédito-prêmio de IPI transferido para terceiros de maio a novembro de 2000, conforme mencionado na Nota Explicativa 9. A Receita Federal do Brasil – RFB não homologou tal transferência, tendo sido a empresa compradora dos créditos autuada em 2003 e por consequência ter reconstituída sua escrita fiscal para estornar os créditos escriturados em função da cessão ocorrida.

A empresa compradora dos créditos da Companhia recorreu administrativamente da decisão da Receita Federal, porém em Novembro de 2009, a mesma desistiu do processo e procedeu ao pagamento do débito. A Companhia, por força do contrato de transferência, assumiu a responsabilidade pelo pagamento do referido débito transferido a compradora.

Sendo assim, a Companhia entendeu ser seu direito reconhecer esse crédito novamente em sua contabilidade, cuja transferência foi considerada ineficaz. No entanto, por medida de cautela a Companhia protocolou consulta na RFB, em 15 de outubro de 2010, sobre o direito de se creditar, em seu livro de Apuração e Registro de IPI, para compensação com futuros impostos a pagar. Até a data da emissão dessas informações trimestrais, a Receita Federal não havia se manifestado. A Companhia aguardará a manifestação oficial do Fisco para as devidas compensações que entende ser seu direito.

19. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram computados de acordo com as alíquotas vigentes.

a) Conciliação do imposto de renda

O valor do imposto de renda (corrente) demonstrado no resultado apresenta a seguinte reconciliação em seu valor à alíquota nominal:

Notas Explicativas***Imposto de renda corrente:***

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Lucro antes da tributação	993	3.261	3.319	5.016
Despesa de IR - 25%	(248)	(815)	(830)	(1.254)
Ajustes para obtenção alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	638	425	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(120)	(156)
Provisão estoque itens obsoletos	-	-	(388)	(13)
Provisão para imobilizado destinado a venda	-	-	1.154	1.054
Provisão p/créditos realização duvidosa	-	-	(85)	(59)
Outras adições (exclusões)	(390)	105	(763)	(697)
Despesa de imposto de renda	-	(285)	(1.032)	(1.125)
Alíquota fiscal efetiva de	0,0%	8,7%	31,1%	22,4%

b) Conciliação da contribuição social

O valor da contribuição social (corrente), demonstrado no resultado apresenta a seguinte reconciliação em seu valor à alíquota nominal:

Contribuição social corrente:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Lucro antes da tributação	993	3.261	3.319	5.016
Despesa de CS - 9%	(89)	(293)	(299)	(451)
Ajustes para obtenção alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	230	217	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(43)	-
Provisão estoque itens obsoletos	-	-	(140)	56
Provisão de Imobilizado destinado a venda	-	-	416	(80)
Provisão p/créditos realização duvidosa	-	-	(30)	54
Outras adições (exclusões)	(141)	(30)	(306)	(286)
Despesa de contribuição social	-	(106)	(402)	(707)
Alíquota fiscal efetiva de	0,0%	3,3%	12,1%	14,1%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias.

c) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- (i) *Tributos diferidos ativos:* Os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões e também com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, já aprovados, descontadas a valor presente, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 237/98 e 271/02, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

- (ii) *Tributos diferidos passivo:* A controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda. calculou tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Prejuízos fiscais de imposto de renda a compensar	4.368	4.005	4.568	4.205
Bases negativas da contribuição social	1.672	1.542	1.800	1.670
Diferenças temporárias:	-	-	-	-
Provisões para contingências fiscais	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.703	1.744
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	-	-	1.434	1.434
Provisão PIS - Lei nº 8.541/92	-	-	686	686
Provisões não dedutíveis	-	-	473	473
Provisão para perdas de itens obsoletos no estoque	-	-	258	270
Provisão participação nos lucros e resultado	-	-	848	2.142
Encargos de depreciação inovação tecnológica - Lei 11.196/05	-	-	(794)	(822)
Provisão para perdas de swap	-	-	(309)	(318)
Provisão para perdas em inventário	-	-	-	1
Outras adições	128	47	2.325	1.960
Total dos impostos e contribuições diferidos ativos	6.168	5.594	12.992	13.445

A expectativa de realização do saldo ativo consolidado de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
2010	-	-	-	4.983
2011	1.098	1.149	4.815	3.686
2012	1.267	1.149	3.562	1.592
2013	1.267	1.149	1.538	1.592
2014	2.147	2.147	1.538	1.592
2015	389	-	1.539	-
	6.168	5.594	12.992	13.445

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas

Notas Explicativas

d) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia tem utilizado as prerrogativas definidas no RTT desde o exercício findo em 31/12/2008.

e) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/1007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

Em 31 de março de 2011, foram apurados e reconhecidos R\$ 1.046 relativo a redução de imposto de renda (R\$418,4 em 31 de março de 2010).

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

Notas Explicativas

A posição acionária em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

31 de março de 2011

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	2.689.500	24,13%	2.689.500	15,50%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	2.059.100	18,47%	2.059.100	11,87%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	-	0,00%	-	0,00%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

31 de dezembro de 2010

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	2.260.000	20,27%	2.260.000	13,03%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	1.983.000	17,79%	1.983.000	11,43%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.972.168	17,69%	1.972.168	11,37%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	-	0,00%	-	0,00%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

b) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflexa da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda., é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para lucros acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

21. Despesas por Natureza

	31.03.2011	31.03.2010
Custos com mercadorias	102.909	94.905
Outros custos	34.353	34.845
Outras despesas e receitas	(624)	(9.428)
Despesas com pessoal	36.123	30.978
Depreciação e amortização	5.800	5.119
Despesa por natureza	178.561	156.419
Custo das mercadorias vendidas	160.708	146.750
Com vendas	7.111	6.505
Gerais e administrativas	9.198	10.792
Honorários da administração	2.249	1.821
Outras receitas operacionais	(705)	(9.449)
Despesa por função	178.561	156.419

Notas Explicativas

22. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2011
Receita Bruta	235.441	219.904
Impostos e taxas sobre vendas	(52.748)	(49.908)
Receita Líquida	182.693	169.996

23. Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 31 de março de 2010, encontrava-se em circulação no mercado 4.704 ações ordinárias e 9.609.072 ações preferenciais representando 55,41% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 86,20% das ações preferenciais.

24. Eventos subsequentes

Conforme mencionado no Relatório Anual de 2010, em 31 de janeiro de 2011, a Companhia anunciou o projeto de reorganização das sociedades controladas - projeto de Reorganização.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada pelo Conselho de Administração, a incorporação pela controladora da totalidade do patrimônio líquido da controlada Mangels Galvanização Ltda., sem aumento no valor do capital da controladora, e conseqüente extinção da Mangels Galvanização Ltda.

Nessa mesma data, o Conselho de Administração também aprovou a incorporação pela controladora, dos ativos e passivos relacionados às atividades de galvanização, decorrentes da cisão parcial da controlada Mangels Indústria e Comércio Ltda.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**MANGELS INDUSTRIAL S.A.****OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES****31/03/2011**

1-) Atendendo ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Nível 1) apresentamos, a seguir, planilhas demonstrando posição acionária em 31 de março de 2011 de todo aquele que detém mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física

Mangels Industrial SA

CNPJ - nº 61.065.298/0001-02

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
31 de março de 2011

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A.	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,0%	2.689.500	24,13%	2.689.500	15,50%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,0%	2.059.100	18,47%	2.059.100	11,87%
BNDES PARTICIP S.A. BNDESPAR	-	0,0%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSE ANTONIO BORTOLUZZO NETO	-	0,0%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
-	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.712	0,08%	3.745.574	33,60%	3.750.286	21,62%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

Mangels S. A.

CNPJ - nº 50.604.750/0001-40

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Tecnopar Administradora S.A	5.133.792	100,00%	7.093.000	99,986%	12.226.792	99,992%
Robert Max Mangels	-	-	1.000	0,014%	1.000	0,008%
Total	5.133.792	100%	7.094.000	100%	12.227.792	100%

Tecnopar Administradora S.A.

CNPJ - nº 53.854.394/0001-01

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Anita Mangels	117.002.592	20,682%	-	0,000%	117.002.592	20,682%
Espólio José Adriano de Moura Chinellato	50.915.412	9,000%	-	0,000%	50.915.412	9,000%
Shorewood S.A.	397.808.796	70,318%	-	0,000%	397.808.796	70,318%
Total	565.726.800	100%	-	0%	565.726.800	100%

Shorewood S.A.

CNPJ - nº 05.629.235/0001-60

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Robert Max Mangels	2.727.955	33,333%	-	0,000%	2.727.955	33,333%
Mark Ross Mangels	2.727.955	33,333%	-	0,000%	2.727.955	33,333%
Susan Jane Mangels Cox	2.727.955	33,333%	-	0,000%	2.727.955	33,333%
Total	8.183.865	100%	-	0%	8.183.865	100%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

CNPJ - nº 00.383.281/0001-09

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E		100,000%	-	0,000%		100,000%
Total		100%	-	0%		100%

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

CNPJ - nº 33.657.248/0001-89

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
UNIÃO FEDERAL		100,000%	-	0,000%		100,000%
Total		100%	-	0%		100%

ITEM 2 - posição dos controladores e administradores

CNPJ - nº 61.065.298/0001-02

Mangels Industrial SA

Distribuição do Capital Social em 31/03/11

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Controladores	6.197.018	99,92%	166	0,00%	6.197.184	35,72%
Conselho de Administração	8	0,0%	84.502	0,76%	84.510	0,49%
Conselho Fiscal	0	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Diretores	-	0,0%	600	0,01%	600	0,00%
BNDESPar	-	0,0%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.704	0,08%	9.609.072	86,20%	9.613.776	55,41%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%
Ações em circulação	4.704	0,08%	9.609.072	86,20%	9.613.776	55,41%

Distribuição do Capital Social em 31/03/2010

Acionista	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
Controladores	6.197.018	99,92%	167	0,00%	6.197.185	35,72%
Conselho de Administração	8	0,0%	53.562	0,48%	53.570	0,31%
Conselho Fiscal	0	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Diretores	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
BNDESPar	-	0,0%	2.721.666	24,41%	2.721.666	15,69%
Ações em tesouraria	-	0,0%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	4.704	0,08%	8.372.513	75,10%	8.377.217	48,28%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%
Ações em circulação	4.704	0,08%	8.372.513	75,10%	8.377.217	48,28%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatorio sobre a revisão de Informações Trimestrais

Aos
Administradores e Acionistas da
Mangels Industrial S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Mangels Industrial S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de maio de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Sergio Citeroni
Contador CRC-1SP170652/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as Informações Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as Informações Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2011.